


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
3ª VARA CÍVEL
R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min
SENTENÇA

Processo Físico nº: **0016696-53.2009.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Procedimento Sumário - Locação de Imóvel**
 Requerente: **Fernando Bartholomeu de Barros**
 Requerido: **Fernando Buffa**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Carlos Castilho Aguiar França**

Vistos.

FERNANDO BARTHOLOMEU DE BARROS pediu a condenação de **FERNANDO BUFFA**, ao pagamento da importância de R\$ 14.180,83, tendo em vista que o réu, ao desocupar imóvel deixou de pagar os alugueres e encargos da locação.

Várias foram as tentativas de citação pessoal do réu, porém todas restaram infrutíferas.

Citado por edital, o réu não contestou o pedido.

Foi-lhe nomeado Curador Especial, que contestou por negativa geral, alegando no mérito a ilegitimidade do autor quanto à cobrança das dívidas perante a companhia de energia elétrica, pois não é o titular da unidade consumidora e requereu pesquisas de endereço para localização do réu.

Efetuada as pesquisas requeridas pela Curadoria Especial, restaram infrutíferas as tentativas de citação pessoal do réu.

Manifestou-se a Curadoria Especial pela improcedência do pedido.

É o relatório.

Fundamento e decido.

As tentativas de citação pessoal não surtiram êxito, justificando-se a citação por edital.

Os documentos juntados comprovam a relação jurídica contratual, da qual decorre a obrigação do réu, de pagar o valor cobrado.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

3ª VARA CÍVEL

R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

Não procede a alegação de ilegitimidade ativa do autor para cobrança dos débitos relativos ao consumo de energia elétrica. O autor é proprietário do imóvel arrendado e, independentemente da natureza pessoal do contrato de prestação de serviços de fornecimento de energia elétrica, ele próprio, autor, pagou as contas de consumo que eram devidas pelo réu, que efetivamente utilizou os serviços, tendo direito então ao reembolso, para não configurar enriquecimento indevido.

Consta do contrato a existência de instalação elétrica no imóvel, inclusive servindo três casas (fls. 8), do que decorre, por evidente, a responsabilidade do arrendatário pelo pagamento. Não pagou. Como o arrendante pagou, tem direito ao reembolso.

Pelo contrato firmado entre as partes o réu se responsabilizou pelo pagamento do consumo de energia elétrica.

Diante do exposto, **acolho o pedido** e condeno **FERNANDO BUFFA** a pagar para **FERNANDO BARTHOLOMEU DE BARROS** a importância de R\$ 14.180,83, com correção monetária e juros moratórios subsequentes ao termo final considerado nas planilhas de cálculo instruidoras da petição inicial (fls. 14/15), além das custas e despesas processuais, corrigidas aquelas em reembolso, e dos honorários advocatícios do patrono do autor, fixados em 15% do valor da condenação, assim em razão do longo tempo decorrido desde o ajuizamento do processo e dos atos processuais exigidos do profissional.

P.R.I.C.

São Carlos, 11 de dezembro de 2015.

Carlos Castilho Aguiar França
Juiz de Direito

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**